

Resenha: Manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista

Review: Care Manual for individuals with Autism Spectrum Disorder

Fabiana Rossi do Nascimento Souza¹

Nos últimos anos, pudemos observar um aumento expressivo no número de casos em que as pessoas (crianças e adultos) foram diagnosticadas com *Transtorno do Espectro Autista* (TEA), sendo mais usualmente chamadas, tão somente, de “Autistas”.

A partir de então, a sociedade como um todo passou a conhecer melhor o tema e as instituições foram se adequando para atender e entender esse “movimento”.

Os planos de saúde, as câmaras de leis, os locais públicos, inclusive o Poder Judiciário, todos presenciaram a necessidade de adequação não só no que diz respeito às suas instalações físicas, mas igualmente quanto à acessibilidade atitudinal.

A acessibilidade atitudinal pode ser definida como o conjunto de práticas

interpessoais que podem diminuir as diferenças e eliminar barreiras sociais entre as pessoas.

Assim, com vistas à eliminação dessas barreiras, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou recentemente, por meio de um grupo de trabalho especializado, o *Manual de atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista*,² que se encontra *on-line*, cujo acesso é gratuito.

De uma forma muito didática e objetiva, o *Manual*, que tem por escopo “possibilitar que o Poder Judiciário compreenda, acolha e atue na promoção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” (CNJ, 2022, p, 6), faz um importante apanhado, bem sucinto, de pontos fundamentais para se conhecer o tema.

¹ Advogada e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo (OAB/SP).

² <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/manual-de-atendimento-a-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-final-23-05-22.pdf>

Serve como uma introdução muito pertinente, enfatizando o conhecimento e o acolhimento dos autistas em um meio reconhecidamente árido e pouco amistoso. Acolhimento esse também dedicado aos servidores do judiciário que convivem com o TEA em suas casas, seja porque possuem familiares nessa condição ou ainda porque eles próprios, servidores, se enquadram no TEA.

A proposta, inclusive, é oferecer capacitação de todos, “especialmente dos gestores”, para que possam estar aptos para atender às demandas específicas de autistas, inclusive de seus pares.

Traz ainda um importante Rol de normatizações envolvendo o direito das pessoas com TEA, com ênfase na dignidade da pessoa humana, fazendo um histórico analítico das leis, decretos e resoluções em vigor, os quais formam um arcabouço legislativo tido como um dos mais modernos existentes.

APA

Souza, F. R. N. (2023). Resenha: manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista. *Espectro - Revista Brasileira de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo*, 2(1), 32-33.

ABNT

SOUZA, Fabiana Rossi Nascimento. Resenha: manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista. **Espectro - Revista Brasileira de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo**, v.2, n.1, p. 32-33, out. 2023.

Por fim, é apresentada uma lista de contatos das ouvidorias do Poder Judiciário, em clara intenção de se colocar à disposição da população que procura por seus serviços e precisa ter assegurados os seus direitos.

Sem dúvida, o *Manual de atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista* é uma importante ferramenta de conhecimento e acesso a informações relevantes para toda a comunidade.

Referência

Conselho Nacional de Justiça. (2023). *Manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista*. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/manual-de-atendimento-a-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-final-23-05-22.pdf>

Histórico do Artigo

Recebido: 23/10/2023.
1ª Decisão: 23/10/2023.
Aprovado: 25/10/2023.

